

LIÇÕES SOBRE A ÁFRICA: ABORDAGENS DA HISTÓRIA AFRICANA NOS LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS¹

Anderson Ribeiro Oliva

Professor adjunto de História da África do Departamento de História/UnB

Resumo

O tratamento concedido à trajetória histórica das sociedades africanas nos manuais escolares utilizados entre a 5ª e a 8ª séries do ensino fundamental é o tema principal do presente artigo. O recorte temporal eleito para observação corresponde à abordagem da história africana que se estende do século VII ao XVIII. Apesar dos avanços identificados em algumas coleções, o quadro geral da análise sinaliza para a existência de algumas imprecisões no enfoque da temática.

Palavras-chave

ensino da história da África • livros didáticos • história africana.

Abstract

The treatment accorded to the historical trajectory of African societies in school textbooks used between 5th and 8th grades of elementary school is the main theme of this article. The cut-off time for observation is elected to the approach of the period which extends from the seventh century to the eighteenth. Despite the advances identified in some collections, the general framework for the analysis indicates that there are some inaccuracies in the focus of the issue.

Keywords

teaching the history of Africa • textbooks • African history.

¹ Este texto é parte do sexto capítulo de minha tese de doutorado intitulada *Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da história da África no mundo atlântico (1990-2005)*, defendida em setembro de 2007 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. O trabalho recebeu apoio financeiro da Capes.

Como observador atento e interessado nas experiências e projetos de abordagem da história africana em nossas escolas, estou me convencendo que vivemos tempos promissores acerca da questão. As atividades interdisciplinares, os encontros e colóquios, as publicações e os cursos de formação/qualificação se multiplicam. Sendo menos otimista, digamos que esta seja uma onda em perspectiva, talvez uma tendência. Caso ela se consolide e encontre nas universidades a confirmação de outra tendência – o aumento da produção e da formação de pessoal especializado nas temáticas africanas – os próximos anos encontrarão um cenário positivo para tratamento do tema.

No entanto, apesar dos avanços percebidos, alguns ingredientes desse cativante objeto necessitam ainda de atenção imediata, não podendo aguardar os ventos benfazejos do futuro. Entre estes, pode-se incluir o tratamento concedido à história africana nos manuais escolares, tema que merecerá aqui destaque especial. Ainda mais quando constatamos que, sobre a África e os africanos, foram depositadas, no imaginário social brasileiro, com exceções evidentes (mas não majoritárias), uma série de imagens negativas e estereótipos ao longo das últimas décadas. Seria justo, portanto, perguntarmos se o atual quadro do ensino da história da África possui algum poder de desconstrução ou reafirmação sobre os “mitos”, “notícias” e “ideias” que circulam diariamente sobre o continente.

O enfoque aqui proposto partirá de uma premissa hipotética, ou seja, a produção dos livros didáticos e seu emprego nas salas de aula se revelam instrumentos de significativa participação na construção das referências mentais e dos conhecimentos que estudantes e docentes carregam sobre os temas ali trabalhados, ou ali suprimidos. Dessa forma, por tudo que tem sido dito sobre a função dos manuais escolares, inclusive acerca do processo de apropriação ou rejeição de suas lições,² procuraremos visualizar as histórias que os mesmos contam sobre o continente africano. A intenção é perceber suas possíveis pro-

² Acerca do tema ver, entre outras obras, as seguintes referências: CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de História e suas implicações curriculares. In *História*, 23, 1-2. São Paulo, 2004, p. 33-48; MACEDO, José Rivair. História e livro didático: o ponto de vista do autor. In: GUAZZELLO, Cezar Augusto Barcellos, et al (orgs). *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: EDUFRG, 2000, p. 289-301; MUNAKATA, Kazumi. História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 271-298; VILLALTA, Luiz Carlos. O livro didático de História no Brasil: perspectivas de abordagem. In: *Pós-História*, Revista de Pós-Graduação em História (Unesp), (9). Assis, 2001, p. 39-59.

ximidades ou afastamentos para com o conjunto de representações elaboradas sobre os africanos.³

Assim, o objetivo principal a ser desenvolvido pelo presente texto revela-se na tentativa de identificar e analisar a forma como os livros didáticos de História, utilizados nas escolas brasileiras, abordam a história da África. Temos a clara noção da abrangência da tarefa proposta. Por isso, procuramos destacar os textos produzidos entre 1999 e 2005 e voltados, exclusivamente, para o segmento que no Brasil correspondia, até 2006, aos quatro últimos anos do ensino fundamental (5ª a 8ª série).⁴

Inicialmente, concedemos aos livros selecionados pela investigação um tratamento quantitativo que nos conduziu à construção de modelos explicativos mais consistentes. Padrões de abordagem, temáticas recorrentes, assuntos ou sociedades com concentração de enfoques, equívocos ou lacunas no uso de categorias e conceitos históricos foram alguns dos tópicos abordados. Nosso esforço justifica-se pela tentativa de trazer clareza metodológica à análise realizada. A partir desse quadro iremos tecer alguns comentários acerca de suas possíveis relações de continuidade, reforço ou desconstrução com as representações construídas sobre a África e que são recorrentemente encontradas no imaginário daqueles que integram o público escolar.

A segunda tarefa aqui proposta é resultado de uma preocupação teórica que foi empregada como pano de fundo conceitual para o tratamento dos conteúdos apresentados pelos manuais escolares. Neste caso, acreditamos que tal perspectiva mereça um destaque a parte. Assim, a partir de alguns dos temas ou assuntos em destaque procuraremos estabelecer um diálogo com a historiografia especializada nos estudos africanos. O uso de categorias, conceitos e nomenclaturas históricas – como “tribal”, “grupo étnico”, “reino”, “império” e “hegemonia política” – e a escolha dos temas abordados – recortes civilizacionais e formações políticas – serão enfocados por meio de um diálogo arquitetado entre os autores dos manuais escolares e os historiadores especialistas.

³ Sobre a questão do imaginário e das representações formuladas sobre os africanos, consultar os seguintes trabalhos: MUNANGA, Kabengele. África: trinta anos de processo de independência. In: *Revista da USP* n° 18, fev-ago 1993, p. 102-111; OLIVA, Anderson Ribeiro. Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no imaginário ocidental. In: *Em tempo de histórias*, n° 9, ano 9. Brasília, 2005, p. 90-114; e, SERRANO, Carlos e WALDMAN, Maurício. *Memória d'África: a temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2007.

⁴ A partir de 2007 o ensino fundamental passou a ter nove anos de duração. Ver Lei n° 11.274, de 2006.

Em síntese, tendo como princípio a crescente importância do ensino da história africana em nosso país e percebendo a relevância da história na construção de entendimentos e representações dos alunos acerca das diversas realidades que os cercam, acreditamos ser extremamente valioso realizar a tarefa aqui proposta: avaliar as possíveis impregnações e participações dos manuais didáticos nas construções mentais dos estudantes sobre a África.

Indícios de mudanças em meio às continuidades

O relevante papel desempenhado pelos livros didáticos como instrumento auxiliar da atividade docente e como uma das fontes de leitura para os alunos – apesar de sua condição passível de críticas e geradora de muitas reflexões – parece-nos inquestionável. Sendo assim, as abordagens acerca dos estudos africanos, presentes ou ausentes nas coleções de História utilizadas para os últimos quatro anos do ensino fundamental, aparecem como ingredientes-chaves na composição, transformação e manutenção das referências e imagens que o público escolar constrói sobre o continente. Reforçada essa perspectiva iniciemos nossas trilhas analíticas.

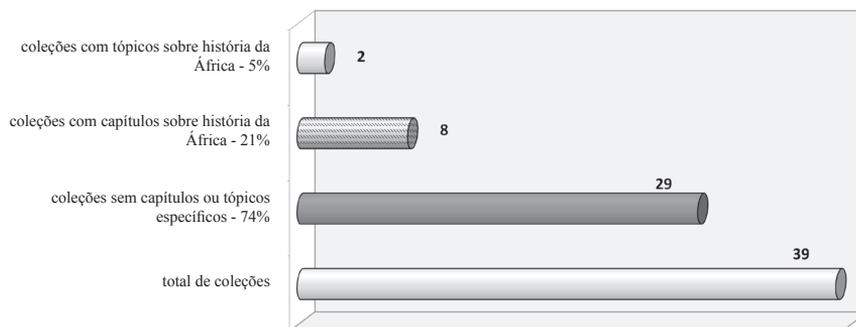
Para a seleção dos livros didáticos, havíamos escolhido, em um primeiro momento, o intervalo de anos que se estende de 1995 a 2005. No entanto, ao longo da pesquisa, percebemos que, para a análise de conteúdos, teríamos que adotar outro recorte, 1999-2005. O novo marco de origem está atrelado à entrada em vigor dos PCNs para área de História (5ª a 8ª série) e à publicação dos primeiros *Guias de livros didáticos* organizados para as séries finais do ensino fundamental. Já o marco de término associa-se à divulgação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), referente ao ano de 2005, e corresponde a um período mínimo de dois anos para que as editoras e autores pudessem se ajustar à Lei nº 10.639/2003. Isso não significa que tenhamos ignorado os livros produzidos anteriormente. Para um olhar comparativo mais pontual estendemos o mapeamento (mas não a análise) acerca da presença da história africana nos manuais de história até 1994.

Coincidentemente, ou não, já que acreditamos que tal fato esteja relacionado aos primeiros reflexos das mudanças ocorridas na legislação educacional e ao aumento do interesse da academia, autores e editores sobre a questão, iremos encontrar as primeiras coleções que introduziam capítulos específicos para a história africana sendo editadas a partir de 1999. Ao todo foram localizadas, no recorte temporal mais amplo estabelecido para a investigação (1994-2005),

39 coleções de livros didáticos de História utilizados no ensino fundamental brasileiro. Dessas coleções – que incluíam livros da 5ª a 8ª série – observamos um total de 53 livros.⁵

Das 39 coleções mapeadas, apenas oito possuíam livros com capítulos tratando exclusivamente a história africana (21% do total). Como havíamos adiantado anteriormente, todos foram publicados a partir de 1999. Já em outras duas, foram localizados livros com tópicos específicos reservados à África (também um por coleção), ou seja, 5% do total.

Gráfico 1. Coleções de livros didáticos de História utilizados no ensino fundamental com exemplares possuindo capítulos ou tópicos específicos sobre a história da África (1999/2005)



Preocupados em estabelecer um diálogo maior com a historiografia africana e africanista e seguindo uma tendência encontrada nos próprios manuais, optamos por analisar apenas os manuais que abordaram a história africana correspondente ao período histórico que se estende dos séculos VII ao XVIII, com capítulos ou tópicos específicos. Por acumular uma maior quantidade de assuntos ou possibilidades de trabalho em sala de aula, devido a uma maior disponibilidade de fontes e de investigações publicadas,⁶ esse enfoque temporal pôde ou pode

⁵ Para verificar a listagem completa e as tabelas com as análises dos livros didáticos, ver: OLIVA, Anderson Ribeiro. *Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da história da África no mundo atlântico (1990-2005)*. Brasília: UnB, tese de doutorado, 2007, p. 361-364 e p. 378-389 (http://bdt.d.bce.unb.br/te-desimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2611).

⁶ Ver, entre outros textos, os seguintes: CURTIN, Phillip D. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *História geral da África: metodologia e pré-história da África*, vol. I. São Paulo: Ática; Unesco, 1982, p. 73-90;

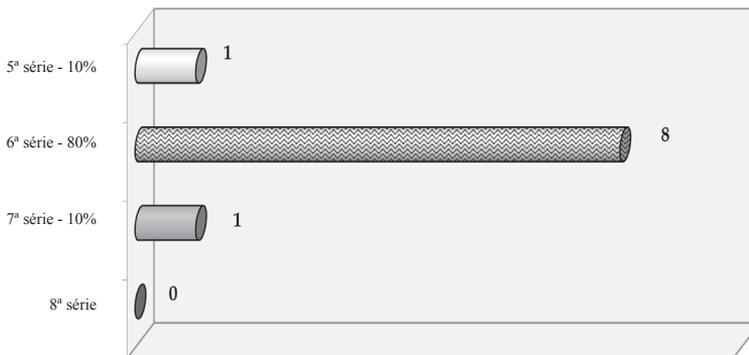
desempenhar um papel chave na interlocução com os imaginários circulantes sobre a África entre estudantes e professores. Ao mesmo tempo, deixaremos para uma futura publicação a análise da história africana referente aos períodos anteriores ou posteriores a esse recorte, tão importantes quanto os aí encontrados.

Para sistematização de nossas análises, classificamos os assuntos enfocados em quatro tópicos temáticos, nos quais associamos as visões dos autores acerca de determinados conteúdos aos referenciais formulados por parte da historiografia africanista: a) espaço reservado ao tratamento da história africana; b) temática central dos capítulos ou dos tópicos; c) uso de categorias ou conceitos históricos contextualizados; d) abordagens acerca da escravidão africana e do tráfico de escravos.

Poderíamos ter escolhido outros ângulos de observação – como a eleição de enfoques teóricos acerca da história social, da história cultural, ou por temas e assuntos apenas, como o estudo das questões de gênero, trabalho, mentalidades, política, cotidiano, sem restrições temporais. Mas, devido à própria estrutura de grande parte dos manuais escolares, a que escolhemos nos pareceu ser a opção mais adequada.

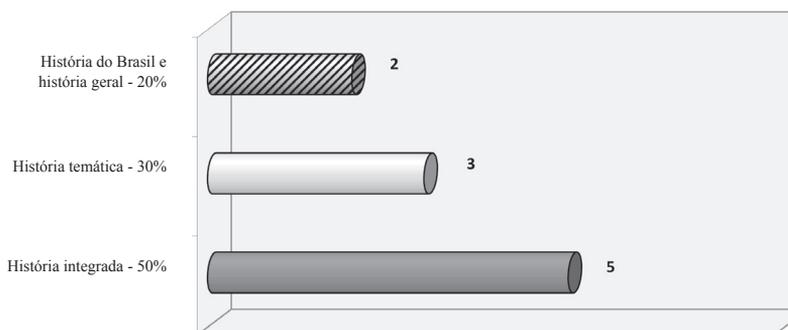
Enfatizamos que, justamente, os dez manuais escolares identificados por tratarem os estudos africanos com alguma especificidade classificam-se dentro do recorte cronológico-temático denominado “história da África entre os séculos VII-XVIII”, com algumas pequenas variações em relação ao espaço geográfico e temporal enfocado. A grande maioria desses livros, oito para ser mais preciso (80%), era destinada à 6ª série e os outros 10%, respectivamente, à 5ª e à 7ª séries.

Gráfico 2. Distribuição dos livros por série (Total de manuais = 10)



No que se refere à configuração metodológica desses dez livros encontramos a seguinte situação: metade dos textos (cinco) estava organizada pelo formato de “história integrada”; outras duas referências (20%) seguiam a opção pela “história do Brasil e história geral”; e, por fim, três manuais (30%) se estruturavam pela “história temática”.⁷

Gráfico 3. Classificação dos livros a partir da configuração metodológica das coleções
(Total de manuais = 10)



Em quase todos os livros em enfoque, independente do tratamento concedido, as imprecisões e equívocos acabam por predominar, por razões que talvez espelhem a pequena intimidade com a bibliografia especializada e as circunstâncias específicas da elaboração de um livro didático. Isso não exclui algumas boas reflexões realizadas pelos autores ou ainda abordagens adequadas dos conteúdos apresentados. Fazamos um balanço panorâmico do tratamento desses livros, lembrando que entre eles encontramos grandes diferenças. Por

⁷ Sobre tal divisão adotamos a seguinte definição: “(...) em termos de organização ou estruturação dos conteúdos tratados pelas coleções brasileiras na área de história, encontramos a existência de três modelos cronológico-temáticos nos quais podem ser agrupados os livros analisados: 1. *História do Brasil e história geral* - livros que tratam separadamente da história do Brasil e da história geral. Quase sempre são reservados dois anos ou duas séries escolares para cada uma dessas “histórias”: [quase sempre] 5ª e 6ª séries ficam com o estudo da história do Brasil (...) e as 7ª e 8ª séries enfocam [a história geral], para seguirmos as nomenclaturas adotadas nos próprios livros. Da mesma forma, os recortes possuem (...) um perfil marcadamente cronológico, mesmo que não factual; 2. *História integrada* - [os textos] abordam as histórias do Brasil e geral de forma articulada temporalmente, numa sequência cronológica que relaciona as histórias de várias civilizações, sociedades ou contextos históricos entre si; 3. *História temática* - livros com os assuntos organizados por temas específicos, seguindo um viés temporal ou temático”, cf. OLIVA. *Lições sobre a África*, op. cit., p. 236-237.

isso, os comentários partirão de um olhar quantitativo para possibilitar o recorte mais específico e teórico acerca dos textos.

a) O espaço dedicado à história africana: poucas palavras para muitas histórias

Como havíamos sinalizado, é sob o recorte temporal, que se estende do século VII ao XVIII, que se concentram os livros didáticos que reservaram capítulos inteiros ou tópicos extensos para o tratamento da história africana. Dessa forma, mesmo que representem apenas 21% do total das coleções observadas pela pesquisa, não podemos deixar de registrar os avanços detectados. De um espaço marcado pela invisibilidade, o continente africano começa, assim, a ser lançado, a partir do trabalho em sala de aula, para o universo das dinâmicas e das contribuições para a construção do patrimônio histórico e cultural da humanidade. Apesar desse aspecto positivo, podemos identificar também algumas limitações nos textos analisados.⁸

Um primeiro aspecto a destacar pode ser identificado por uma simples análise quantitativa nos índices dos manuais. Conquanto elogiemos a disposição dos autores em conceder ao estudo da África capítulos ou tópicos específicos em suas obras, é inversamente sintomático o espaço reservado a tal tarefa. Entre os volumes analisados existe uma clara tendência em dedicar um número significativamente pequeno de páginas à história africana.⁹

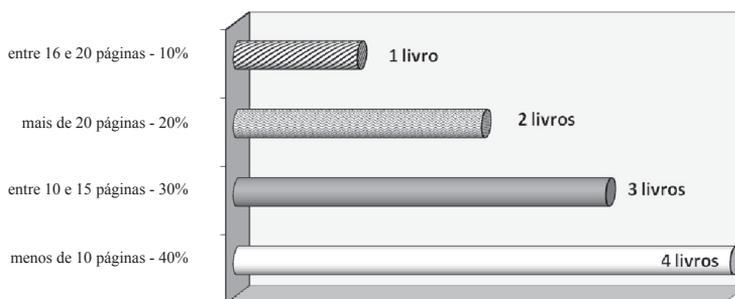
⁸ Os livros abordados pela investigação foram os seguintes: APOLINÁRIO, Maria Raquel (org.). *História: ensino fundamental*, 6ª. Projeto Araribá. São Paulo: Moderna, 2003; BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História: sociedade e cidadania*, 6ª. São Paulo: FTD, 2003; CAMPOS, Flávio de; AGUILAR, Lidia; CLARO, Regina e MIRANDA, Renan Garcia. *O jogo da História: de corpo na América e de alma na África*, 6ª série. São Paulo: Moderna, 2002; DREGUER, Ricardo e TOLEDO, Eliete. *História: cotidiano e mentalidades, contato entre civilizações do século V ao XVI*, 6ª. São Paulo: Atual, 2000; MACEDO, José Rivair e OLIVEIRA, Mariley W. *Uma história em construção*, vol. 3. São Paulo: Editora do Brasil, 1999; MARANHÃO, Ricardo e ANTUNES, Maria Fernanda. *Trabalho e civilização: uma história global*, 2. São Paulo: Moderna, 1999; MONTELLATO, Andrea, CABRINI, Conceição e CATELLI, Roberto. *História temática: diversidade cultural*, 6ª série. São Paulo: Scipione, 2000; MOZER, Sônia e TELLES, Vera. *Descobrimos a História: Brasil colônia*, 5ª série. São Paulo: Ática, 2002; RODRIGUE, Joelza Éster. *História em documento: imagem e texto*, 6. São Paulo: FTD, 2001; SCHMIDT, Mario. *Nova história crítica*, 6ª série. São Paulo: Nova Geração, 2002.

⁹ Parece-nos óbvio que os programas escolares e livros didáticos dediquem maior atenção à trajetória da história do Brasil, e, às vezes, à história regional (continental). Nossa argumentação, portanto, leva em consideração uma leitura comparativa acerca do espaço dedicado às “outras” histórias, que não a do Brasil especificamente, como da América e da Europa.

Enquanto os capítulos que tratam de assuntos ligados à história europeia, como a Idade Média, o Renascimento cultural, o Absolutismo monárquico e a Reforma religiosa ocupam, em média, de dez a trinta páginas, cada um, e possuem vasta bibliografia, seria de se esperar que a abordagem da história africana recebesse uma atenção, pelo menos, proporcional.¹⁰ Porém, não é o que ocorre na maioria dos casos, já que sua abordagem ocorre em capítulos únicos ou em tópicos de média extensão que, quase sempre, não chegam a quinze páginas e apresentam uma literatura de apoio restrita.

Em quatro livros analisados, o espaço dedicado ao tema era menor do que dez páginas (40%). Já três deles reservaram entre dez e quinze páginas (30%), enquanto um possuía entre quinze e vinte páginas. Por fim, apenas dois dedicavam mais de vinte páginas ao assunto. O mais interessante é que um desses últimos manuais abordava a África como uma das temáticas principais de seus conteúdos.¹¹ Evidentemente, não estamos tomando como critério exclusivo o valor quantitativo da questão, mas também o qualitativo. Parece-nos óbvio que o tratamento de um período histórico compreendido em um intervalo equivalente a pelo menos mil anos e englobando um complexo quadro de sociedades e civilizações em dez ou quinze páginas só é possível com extremas simplificações e generalizações.

**Gráfico 4. Número de páginas dedicadas à temática
(escala por número de livros)**



¹⁰ Por exemplo, o livro de Mario Schmidt reservava para os tópicos acima descritos as seguintes quantidades de páginas (Idade Média, Renascimento cultural, Absolutismo monárquico e Reforma religiosa): 46; 20; 16; 14. O manual de Alfredo Boulos Júnior dedicava aos assuntos a seguinte atenção por páginas: 74; 19; 19; 19. Por fim, o livro didático de Ricardo Maranhão e Maria Fernanda Antunes realizava a seguinte divisão: 54; 8; 8; 8.

¹¹ Cf. CAMPOS, et al. *O jogo da história*, 6ª série, op. cit.

Frisamos que a expectativa em relação ao estudo escolar da história da África não se encerra na ilusória suposição de que todas as sociedades africanas precisem ser abordadas. Parece patente também que todo assunto discutido em sala de aula e em um livro didático é escolhido conforme critérios eleitos por autores, editoras, professores e pelo Estado – que estabelece currículos e programas. A maneira de abordar um tema nunca deixará de ser uma leitura parcial, um recorte um tanto quanto arbitrário das experiências enfocadas. Todavia, isso não justifica o pequeno espaço concedido à história africana nos manuais escolares.

b) Os recortes temáticos: entre “reinos”, “impérios” e “tribos”

O estudo da história africana concentra-se, em grande parte dos livros observados, nas excursões panorâmicas acerca do estudo das grandes formações políticas que conheceram seus apogeus no continente até o século XVIII - como os “reinos” de Gana, Etiópia, Kongo, Benin, Daomé, Lundas e Luba, dos “impérios” do Mali, Songhai e Zimbábwe, ou ainda, dos estados Iorubás, Akan, Haússas, entre vários outros. Oito dos dez manuais reservavam a perspectiva central de seus capítulos a essa temática, mesmo que não concedendo atenção a todas essas sociedades. Em alguns casos, compartilhando um espaço menor com o estudo dos “reinos” e “impérios”, os autores também realizaram comentários sobre as chamadas sociedades “tribais” africanas. Por fim, mesmo os dois textos que elegeram assuntos de maior amplitude para conduzir suas abordagens – como as relações África-Brasil ou o recorte metodológico temático –,¹² não deixaram de tecer comentários acerca dessas formações políticas.

Não discordamos do estudo desses objetos históricos. Pelo contrário, eles podem e devem ser trabalhados. Seu tratamento em sala de aula possibilita a construção de novos referenciais teóricos e imagéticos acerca do continente e de suas populações por parte dos alunos, além, é claro, de configurarem retratos concretos de várias realidades históricas ali encontradas. Soma-se a esses dados o fato de que, em termos de orientação legal para a formulação dos manuais escolares e das próprias aulas, o Conselho Nacional de Educação – no parecer

¹² Ver MARANHÃO e ANTUNES. *Trabalho e civilização*, 2, op. cit.; e CAMPOS, et al. *O jogo da história*, 6ª série, op. cit.

003, aprovado em 2004, para regulamentar a aplicação da Lei nº 10.639/2003 –, orienta, entre outros pontos, a abordagem desses temas.¹³

A partir desse prisma, as sociedades africanas que não receberam a classificação de “grande expressão política” ou que possuem ressonância civilizacional de menor visibilidade acabam por não ser estudadas. É como se, diante da impossibilidade de atentar para as milhares de sociedades que se espalhavam pelo continente, deveríamos ter como base alguns dos conceitos ou postulados historiográficos celebrizados pelo referencial eurocêntrico. Como se pode perceber com facilidade, se em relação à história europeia os livros escolares, quase sempre, dedicam significativa atenção aos grandes reinos, impérios e civilizações, para o caso da abordagem da história africana tal tendência parece se repetir.

A recorrência com a qual a temática envolvendo o estudo dos “reinos e impérios” africanos foi tratada nos manuais levou-nos a buscar na historiografia africanista uma reflexão de ordem conceitual acerca do assunto. Ou seja, quais seriam os encaminhamentos concedidos sobre o emprego de conceitos ou nomenclaturas como “reino” e “império” na definição de algumas das experiências políticas africanas. Inicialmente, fica claro que grande parte dos autores dos livros didáticos, de forma consciente ou inconsciente, utiliza uma difundida ideia apresentada pelos historiadores pertencentes à chamada corrente do *afrocentrismo*.¹⁴ Lembramos que uma das teses defendidas por parte de seus historiadores era a de que seria fundamental estudar as grandes civilizações africanas, tanto para redefinir o lugar do continente na trajetória histórica da humanidade, quanto para combater as teses racistas e depreciativas que circulavam sobre suas sociedades. No entanto, seus esforços foram conduzidos ou fizeram uso, muitas vezes, de uma série de padrões, categorias ou modelos historiográficos eurocêntricos para afirmar ao mundo e aos próprios africanos

¹³ Ver CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Conselho Pleno. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Parecer nº 003, de 10 de março de 2004.

¹⁴ Acerca da definição do conceito de “afrocêntrico” ou afrocentrismo adotamos a explicação do pesquisador Paulo Fernando de Moraes Farias: “Primeiro, embora tenha havido tentativas de defini-lo de maneira rígida, o ‘afrocentrismo’ não é uma doutrina monolítica, mas um rótulo que cobre um leque de posturas e propostas (...) Nos Estados Unidos (e também em outros países), o rótulo agora se aplica tanto a aspectos da cultura popular quanto a posições assumidas individualmente por professores e outros intelectuais, ou coletivamente (no caso norte-americano) por alguns departamentos universitários”, cf. FARIAS, Paulo Fernando de Moraes. Afrocentrismo: entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural. In: *Revista Afro-Ásia*, nº 29-30, 2003, p. 317-318.

que a história da África possuía elementos sofisticados e formas de organização avançadas e que deveriam ser estudadas.

Acerca desse aspecto, há algumas décadas, vários estudiosos vêm alertando para o fato de que, para os estudos sobre a África, espaço histórico de grande autonomia, de imensa capacidade criativa, de fecunda participação na história da humanidade e de ritmos e características próprias, seria preciso formular alguns conceitos e categorias também próprios. Pelo menos, não seria preciso eleger sempre referências europeias para sua afirmação e, para alguns casos, seria preciso realizar adequações ou adaptações em determinadas metodologias e conceitos para serem aplicados sobre os contextos históricos africanos.¹⁵ Parece-nos que os autores dos manuais desconhecem essa crítica, pois o critério adotado por eles para selecionar o que será estudado nos capítulos é justamente esse. Por isso, a presença quase certa dos “reinos” e “impérios” africanos em seus livros.

Como havíamos afirmado, não existem interdições maiores em relação ao tratamento escolar dessas experiências históricas e, de fato, elas se tornam, pelo conjunto de fontes e estudos disponíveis, temas exequíveis de serem tratados e que despertam o interesse de docentes e estudantes para a história africana. O que percebemos como um desequilíbrio é o enfoque exclusivo do tema, e não a sua presença. Tal quadro contribui para um tipo de abordagem que tem como tendência maior ignorar a existência de contextos e características históricas específicas ao continente africano, excluindo, dessa forma, a existência de estruturas políticas, sociais e econômicas diferenciadas das europeias, o que causa uma leitura distorcida de suas sociedades.

Neste caso, é necessário que os autores dos manuais escolares dediquem algumas linhas de contextualização e reflexão histórica para informar aos seus leitores que estão tratando de configurações e estruturas diversas. Não ignoramos a existência de organizações políticas ou sociais com semelhanças às de outras partes do globo em África, mas é preciso que se demonstre e enfatize as singularidades e especificidades africanas. Se haviam algumas sintonias, as diferenças também eram evidentes.

¹⁵ Ver, entre outras obras, as seguintes: HENRIQUES, Isabel Castro. A escravatura: concepções, práticas, funções. In: HENRIQUES, Isabel Castro e MEDINA, João (org.). *A rota dos escravos: Angola e a rede do comércio negreiro (sécs. XV-XIX)*. Lisboa: Vulgata, 2002, p. 84-86; M'BOKOLO. *África negra história e civilizações*. Até ao século XVIII, op. cit., p. 154-162; e, THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 254-262.

De acordo com a historiadora Leila Hernandez é preciso que o emprego dessas categorias para o estudo de algumas das formações políticas africanas passe por um processo de ajuste e adequação.¹⁶ Já para o historiador congolês Elikia M'Bokolo, podemos fazer uso de outras categorias para definir essas estruturas e configurações políticas, como, por exemplo, “hegemonias políticas”. O conceito empregado nessa definição encontra alguma relação com a categoria elaborada pelo antropólogo francês Jean-Loup Amselle, chamado de “sociedades englobantes”.¹⁷ Ele envolve a perspectiva de que as relações de poder estabelecidas não se prendiam à questão das fronteiras fixas e da imposição de controle essencialmente centralizado. Os mecanismos das trocas comerciais, o pagamento de tributos, os movimentos de reciprocidade, os graus variados de autonomia e os laços de parentesco compunham variantes chaves dessas formações.¹⁸ Dessa maneira, a França de Luís XIV não era o Mali de Sundiata Keita, assim como o Reino dos Francos não guarda relação de identidade alguma com o Reino de Oyo. Porém, parece não ser essa a percepção transmitida pelos livros analisados. Vejamos como eles tratam o tema.

Como um aspecto positivo a destacar, identificamos, no começo de alguns dos capítulos ou tópicos, a tentativa dos autores em alertar para a significativa diversidade cultural que teria caracterizado os povos africanos ao longo do recorte temporal observado. Esse argumento, associado ao tratamento adequado dos conteúdos, torna-se um instrumento importante para a desconstrução das ideias equivocadas de uma África homogênea e geral, transmitidas pelo ensino da história e preservadas no imaginário comum. No manual de Joelza Éster Rodrigue, *História documento 6*, a autora afirma que a “África é um continente de população muito diversificada (...) com diferentes histórias”.¹⁹ Esta é a mesma ideia apresentada pelo livro de Ricardo Dreguer e Eliete Toledo, *História: cotidiano e mentalidades*, 6ª série²⁰:

¹⁶ Cf. HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: uma visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005, p. 35.

¹⁷ Cf. AMSELLE, Jean-Loup e M'BOKOLO, Elikia. *Au coeur de l'ethnie: ethnologie, tribalisme et État en Afrique*. Paris: La Découverte, 1999, p. 29.

¹⁸ Cf. M'BOKOLO. *África negra história e civilizações*. Até ao século XVIII, op. cit., p. 154-162.

¹⁹ RODRIGUE, Joelza Éster. *História em documento*, op. cit., p. 218.

²⁰ Ver também MONTELLATO, CABRINI e CATELLI. *História temática*, 6ª, op. cit., p. 167.

A África é um imenso continente, ocupado por muitos povos que apresentam uma grande diversidade cultural. Tal diversidade resulta dos diferentes processos históricos vividos pelos habitantes de cada região na África.²¹

No entanto, na maior parte dos casos, os autores reservam espaço apenas para a abordagem de algumas das características dos grandes “reinos” e “impérios” africanos e, em menor escala, a algumas das sociedades que se organizavam em “tribos” (o que ocorre apenas em dois manuais). No único livro de estrutura temática voltada parcialmente ao estudo da história da África, com o título, *O jogo da história: de corpo na América e de alma na África*, os autores lembram que as sociedades africanas compunham “centenas de reinos e dezenas de povos” que “distribuíam-se ao sul do Saara” sendo classificadas em “aldeias tribais, cidades-estado e reinos e impérios”.²² Já no texto de Alfredo Boulos Júnior, *História: sociedade e cidadania*, 6ª série, localizamos a mesma perspectiva anteriormente indicada: o estudo dos “reinos” e “impérios”. Para o autor, “entre os séculos VII e XVII, existiam vários povos negro-africanos”, sendo que alguns deles “construíram impérios e reinos prósperos e organizados, conforme relatos da época”.²³

Dessa forma, e apesar dos destaques acima apontados, os livros analisados acabam por concentrar suas abordagens em apenas algumas das várias sociedades africanas, quase sempre aquelas que são destacadas por terem constituído grandes formações políticas, descartando, portanto, uma das maiores características do continente: a sua diversidade. Tal percepção pôde ser constatada no livro de múltipla autoria, que teve em Raquel Apolinário sua editora principal. Os autores afirmam que, “na África, ao sul do deserto do Saara, havia grandes reinos”.²⁴ Já no manual de Ricardo Dreguer e Eliete Toledo, o capítulo referente ao assunto intitula-se “Impérios africanos” e a argumentação dos autores, justificando a escolha dos objetos a serem estudados, reforça a hipótese de que os reinos e impérios seriam “mais importantes” do que outras formações estatais ou não estatais em África.²⁵

²¹ DREGUER e TOLEDO. *História*, 6, op. cit., p. 56.

²² CAMPOS, et al. *O jogo da história*, 6ª série, op. cit., p. 63.

²³ Cf. BOULOS JÚNIOR. *História: sociedade e cidadania*, 6ª, op. cit., p. 190.

²⁴ APOLINÁRIO. *História: ensino fundamental*, 6ª, op. cit., p. 32.

²⁵ Ver também: MARANHÃO e ANTUNES. *Trabalho e civilização*, 2, op. cit., p. 213; RODRIGUE. *História em documento*, 6, op. cit., p. 216; e MONTELLATO, CABRINI e CATELLI. *História temática*, 6ª série, op. cit., p. 167.

Os grandes impérios de Gana, Mali e Songhai, por sua vez, construíram as mais importantes civilizações africanas entre os séculos IX e XV. Por isso, eles serão estudados com mais detalhes nas próximas seções deste capítulo.²⁶

A ênfase na abordagem da África Ocidental ou do chamado corredor civilizatório sudanês é outra característica encontrada em alguns dos manuais. Por exemplo, no livro de José Rivair Macedo e Mariley Oliveira, a ideia trabalhada defende que “de modo geral os principais grupos africanos” se localizavam na região norte do continente, “divididos grosso modo em cinco zonas geográficas: o Magreb; (...) o deserto do Saara; o deserto de Sahel; a faixa sudanesa e a faixa do Golfo da Guiné”.²⁷

Com relação à África Central, o “reino” do Kongo é a única formação política histórica a merecer uma atenção à parte. As referências acerca de outras sociedades são mínimas.²⁸ Dessa forma, os “reinos” do Ndongo, Luba, Lundas, Kubas ou Luango ficam praticamente esquecidos.²⁹ Para Alfredo Boulos Júnior, ao sul do Equador “os africanos também formaram reinos poderosos e organizados. Entre eles, o Reino do Kongo (...)”.³⁰ Já para Mário Schmidt, *Nova história crítica*, 6ª série, “o reino do Kongo ocupava uma grande área onde estão o Congo (ex-Zaire) e Angola” e sua capital, no século XVII, tinha mais de 30 mil habitantes”.³¹

Um outro “reino” africano citado em alguns livros é o da Etiópia. A ênfase das informações concentra-se na ideia de que ele foi um grande reino cristão cravado em meio às sociedades islamizadas. Sua sobrevivência teria sido possível, segundo alguns autores, devido “à aliança entre os governantes locais e os poderosos líderes religiosos”. Sendo assim, “em troca da construção de enormes igrejas de pedra e da doação de terras, os líderes religiosos apoiavam as guerras contra os islamicos”.³² No manual organizado por Raquel Apolinário, a ideia apresentada é a de que o fato da Etiópia ser o “único reino cristão em meio a

²⁶ DREGUER e TOLEDO. *História*, 6, op. cit., p. 58.

²⁷ MACEDO e OLIVEIRA. *Uma história em construção*, vol. 3, op. cit., p. 196.

²⁸ Acerca da temática ver, entre outros trabalhos, os seguintes: PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000; BIRMINGHAM, David. *A África Central até 1870*. Luanda: Endipu/UEE, 1992; e CALEY, Cornélio. Angola nos séculos XV-XVIII: populações, espaços políticos e relações de complementaridade. In: HENRIQUES e MEDINA. *A rota dos escravos: Angola e a rede do comércio negreiro*, op. cit., p. 207-216.

²⁹ A única exceção dos livros citados é o de Mario Schmidt.

³⁰ BOULOS JÚNIOR. *História: sociedade e cidadania*, 6ª, op. cit., p. 190.

³¹ SCHMIDT. *Nova história crítica*, 6ª série, op. cit., p. 181.

³² DREGUER e TOLEDO. *História*, 6, op. cit., p. 58.

inúmeros territórios islâmicos” foi fundamental para que ele ficasse isolado, “mas a religião também foi o que colocou a Etiópia em contato com outras regiões”.³³ Parece um tanto limitante ou impreciso encerrar toda a importância ou a trajetória histórica da Etiópia ao fato dela ter sido cristã, ignorando suas outras faces e características.³⁴

Apesar de concordar plenamente com a liberdade da seleção dos conteúdos, é preciso que os textos instrumentalizem os estudantes no “manejo” de certas categorias e concepções teóricas, o que permitirá uma abordagem equilibrada das temáticas africanas. É preciso que, em seus contatos com as fontes primárias ou com a literatura africanista, eles estejam em condições de filtrar e contextualizar as influências de cada época e de aplicar e diferenciar os conceitos e modelos comumente empregados pelos pesquisadores. Abordar a construção/revisão das teorias racistas, evolucionistas e eurocêntricas elaboradas sobre os africanos e contextualizar o uso de certas nomenclaturas deveriam ser pontos comuns no tratamento da história da África.

Enfim, que os autores façam referências às experiências históricas denominadas “reinos” e “impérios” como assuntos centrais de seus capítulos, desde que contextualizem seus sentidos e singularidades. Ou seja, para os leitores deve ficar claro que os textos não estão “falando” das mesmas configurações, estruturas e dinâmicas que caracterizaram os conhecidos reinos e impérios europeus. Dessa maneira, espera-se que autores de manuais, docentes e estudantes não repitam mais as inaceitáveis ideias de que as sociedades africanas eram incapazes de organizar formações políticas complexas ou de que eram a-históricas. Mas, ao mesmo tempo, não fiquem reféns das teses que defendiam a importância de sua história pelo fato de algumas características serem “parecidas” ou “superiores” às europeias.

c) A questão do tratamento das “sociedades africanas sem Estado”

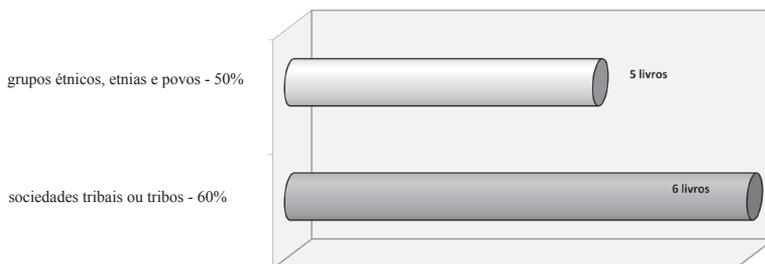
Em relação às sociedades africanas que não se organizavam em estados, identificamos o uso de alguns termos ou conceitos que demonstram, por um lado, a presença das influências e estigmas eurocêntricos, e, por outro, o reco-

³³ APOLINÁRIO. *História*: ensino fundamental, 6ª, op. cit., p. 33.

³⁴ Sobre o tema ver, entre outros textos, os seguintes: cf. M'BOKOLO. *África negra história e civilizações*. Até ao século XVIII, op. cit., p. 102-121; e TAMARAT, Tadesse. O chifre da África: os salomônidas na Etiópia e os estados do chifre da África. In: NIANE, Djbril T. (org). *História geral da África*, vol. IV: África entre os séculos XII e XVI. São Paulo: Ática; Unesco, 1988, p. 437-466.

nhecimento dos mais recentes debates ocorridos no campo das ciências sociais acerca da questão das identidades. Por exemplo, em seis dos dez manuais localizamos o livre uso do termo *tribo* ou *tribal*, para designar os grupos africanos que não se organizavam em reinos, impérios ou que não possuíam estruturas estatais. Já em cinco textos identificamos o emprego de categorias como “grupo étnico”, “etnia” e “povos”.

Gráfico 5. Classificação das sociedades africanas não estatais: tribais e tribos x grupos étnicos, etnias e povos



O emprego recorrente da categoria *tribal*, encontrada nos meios de comunicação e no imaginário social brasileiro, desconsidera um intenso debate acerca da sua utilização pelas ciências sociais e humanas.³⁵ Diante do grande suporte que as pesquisas antropológicas e históricas já deram sobre o assunto, insistir nessa forma de se referir às sociedades da África, sem a devida contextualização dos sentidos da categoria *tribal/tribo*, não encontra mais uma aceitável justificativa. Sua recorrência sinaliza, a princípio, uma continuidade das ideias divulgadas pelas teorias que defendiam a suposta inferioridade dos povos africanos perante os europeus, já que *tribo* aparece na literatura colonialista, construída a partir do século XIX, com o significado oposto ao de civilização. Ou seja, o termo designaria os grupos “selvagens e primitivos”, portanto, inferiores às sociedades ou às civilizações ocidentais.³⁶ Esta é uma das representações mais recorrentes

³⁵ Consultar os seguintes textos: DAVIDSON, Basil. *The search for Africa: a history in the making*. London: James Curvey, 1994, p. 141-145; SOUTHALL, Aidan W. The illusion of the tribe. In: GRINKER, Roy Richard e STEINER, Christopher B. *Perspectives on Africa: a reader in culture, history e representation*. Oxford: Blackwell Publishing, 1997, p. 35-51; e TRAJANO FILHO, Wilson. Uma experiência singular de criouliização. In: *Série Antropologia*, n° 343, 2003, p. 6-8.

³⁶ Acerca da temática, ver as seguintes referências: APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 155-192; HERNANDEZ. *A África na sala de aula: uma visita à história contemporânea*, op. cit., p. 32; HENRIQUES, Isabel Castro. *Os pi-*

encontradas no imaginário brasileiro sobre os africanos. Mesmo que, muitas vezes, essa não seja a intenção dos autores, a repetição desse conceito pode levar parte dos leitores a um entendimento equivocado sobre as sociedades africanas.

No livro intitulado *O jogo da história, 6ª série*, os autores destacam que “membros de tribos diferentes reuniam-se em feiras ou mercados temporários, onde se realizavam trocas de mercadorias”.³⁷ Já no texto de Ricardo Dreguer e Eliete Toledo, *História cotidiano e mentalidades, 6ª série*, a alusão aos “grupos tribais” serve para ilustrar as sociedades dominadas pelos impérios africanos.

A maioria [dos escravos] pertencia a *tribos* subjugadas no início da expansão imperial, que, por tradição, continuavam presas a essa condição. Para manter essa situação, os membros dessas *tribos* eram proibidos de casar com estrangeiros.³⁸

Em contrapartida, inclusive com alguns casos encontrados entre os manuais acima citados, percebemos que determinados autores procuram utilizar outras nomenclaturas ou categorias históricas para se referir às sociedades africanas não estatais. Tal preocupação espelha que os estigmas e preconceitos que recobrem a utilização das nomenclaturas *tribo* e *tribal* não são desconhecidos dos autores. Cinco dos dez livros empregavam termos como *etnias*, *grupos étnicos*, *nação* ou *país* para designar os grupos africanos.

Neste caso, o uso de conceitos como *etnia* e *grupo étnico* associa-se ao debate existente há algumas décadas acerca da questão das identidades grupais, formulado a partir das investigações tuteladas pelas ciências sociais.³⁹ No livro de Joelza Éster Rodrigue, *História em documento, 6*, a população africana é apresentada como sendo formada pela reunião de “centenas de grupos étnicos”.⁴⁰ Já no texto de Sônia Mozer e Vera Telles, *Descobrimo a história, 5ª série*, quando as autoras enfocam a temática do tráfico de escravos, elas afirmam que as “guerras entre as inúmeras etnias africanas” teriam estimulado o comércio

lares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XIX. Lisboa: Caleidoscópio, 2004, p. 51-60.

³⁷ CAMPOS et. al. *O jogo da história: de corpo na América e de alma na África, 6ª série*, op. cit., p. 63.

³⁸ DREGUER e TOLEDO. *História cotidiano e mentalidades, 6ª*, op. cit., p. 59.

³⁹ Para uma esclarecedora reflexão sobre o tema, ver os seguintes trabalhos: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998, p. 55-84; TRAJANO FILHO. Uma experiência singular de criouliização, op. cit., p. 6-8; e BARTH, Fredrik (org.). *Ethnic groups and boundaries: The social organization of culture difference*. Bergen-Oslo: University Forlaget; London: George Allen & Unwin, 1969.

⁴⁰ RODRIGUE. *História em documento: imagem e texto, 6*, op. cit., p. 218.

atlântico de pessoas.⁴¹ Na obra de Andréa Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Catelli, *História temática, 6ª série*, os autores afirmam que o atual território da África do Sul “era habitado por diferentes grupos étnicos negros” e que “os colonizadores europeus se recusaram a integrar-se às etnias locais (...)”.⁴² E, por fim, como último exemplo, no manual temático *O jogo da história*, a ideia divulgada é a de que, nas Américas, os africanos escravizados procuravam se organizar “unindo-se a outros escravos do mesmo grupo étnico”.⁴³

Alguns dos autores, temendo incorrer nos equívocos conceituais anteriormente comentados, passaram a chamar os grupos que não possuíam formações estatais, ou que não eram incorporados pelos grandes “reinos” e “impérios”, de *nações* e *países*. Existe aí um pequeno problema. Não que esses termos não possam ser aplicados no entendimento da história da África – como tem feito boa parte da historiografia (quase sempre de forma contextualizada) ou como podemos localizar nos textos escritos por viajantes a partir do século XV. É o que ocorre, por exemplo, no livro de Mario Schmidt, *Nova história crítica, 6ª série*, quando o autor procura explicar quem eram os haússas, ou então, quando menciona um dos mecanismos utilizados pelos europeus para obter escravos:

*A civilização dos hauças começou a ser construída por volta do século XI (...). Os hauças eram, na verdade, diversos povos que falavam uma língua semelhante. Habitados ao comércio internacional, os hauças aceitavam conviver com pessoas de outras nações (...). Algumas nações africanas chegaram a enriquecer atacando outras nações e vendendo os habitantes aos traficantes de escravos árabes ou europeus.*⁴⁴

No entanto, parece-nos certo também que o emprego dessas nomenclaturas deve passar por um exercício de contextualização obrigatório pelos autores. A aplicação arbitrária de categorias e conceitos históricos pode confundir os seus leitores por serem definições mais ajustadas a outros contextos históricos que não o africano, pelo menos até o início do século XX. Por exemplo, ao afirmar que determinado grupo em África, como os iorubás, compunha uma nação ou um país, os professores não devem esquecer que, se nos relatos históricos ou estudos historiográficos encontramos esses termos revestidos de sentidos específicos e claramente diferenciados, para os alunos, embebidos dos significados atuais

⁴¹ MOZER e TELLES. *Descobrendo a história*: Brasil colônia, 5ª, op. cit., p. 196.

⁴² MONTELLATO, CABRINI e CATELLI. *História temática: diversidade cultural*, 6ª, op. cit., p. 171.

⁴³ CAMPOS, et. al. *O jogo da história*: de corpo na América e de alma na África, 6ª série, op. cit., p. 122.

⁴⁴ SCHMIDT. *Nova história crítica*, 6ª série, op. cit., p. 179-180.

dessas categorias, seria como se falássemos das configurações ou organizações contemporâneas. A Nigéria de hoje é um país, mas os iorubás do século XIX não formavam nada parecido com um país, pelo menos na acepção atual do termo.

Ou seja, não criticamos o uso contextualizado desses conceitos, como boa parte dos historiadores faz. Também não ignoramos o fato de que os cronistas ou viajantes dos séculos XV ao XIX os utilizavam livremente em sua tentativa de dar sentido, a partir de suas grelhas e referências europeias ou árabes, àquilo que viam em África. Mas é justamente essa historicidade, marcada por diversos significados ou sentidos, que nos obriga a fazer um uso comedido e justificado de algumas expressões.⁴⁵

Parece-nos que uma forma de minimizar o problema sobre a utilização dessas categorias é levar para debate em sala a questão da invenção das identidades – étnicas, religiosas, nacionais etc. Acreditamos que a reflexão acerca do tema se torne vital a essa tarefa, mesmo sabendo que os novos conceitos não estão imunes às críticas e aos problemas.⁴⁶ Neste caso, compete lembrar que, há algumas décadas, os cientistas sociais e historiadores trabalham com alguns instrumentos teóricos mais flexíveis para estudar os mecanismos e estratégias utilizados pelas sociedades para a definição de suas identidades. Uma das teses centrais seria a de que os grupos elaboram ou se apropriam constantemente de novos elementos culturais, ideológicos, metafísicos e políticos para reinventar, reforçar ou reconstruir suas identidades.⁴⁷

Um adequado debate e uma razoável apresentação aos estudos africanos devem passar, mesmo que superficialmente, por essas questões. Reorganizar definições, aplicar as perspectivas do relativismo cultural, atentar para os anacronismos e imprecisões históricas são bons exercícios para nossos estudantes.

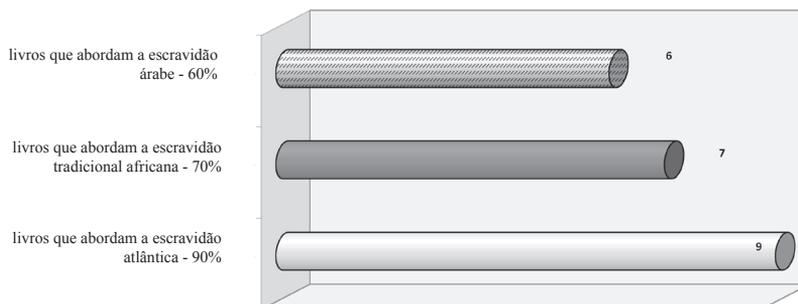
⁴⁵ Cf. THORNTON. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*, op. cit., p. 255-263.

⁴⁶ De acordo com o antropólogo Wilson Trajano Filho, “tal como tem sido usado nos estudos africanistas, o novo termo [grupo étnico] carrega consigo os mesmos problemas do conceito que quer substituir: tem aproximadamente o mesmo sentido e sofre das mesmas imprecisões, com o agravante de trazer para a cena teórica um dos conceitos mais escorregadios da disciplina: etnicidade”, cf. TRAJANO FILHO. *Uma experiência singular de criouliização*, op. cit., p. 6-8.

⁴⁷ Para uma melhor contextualização sobre o assunto consultar: ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989; APPIAH. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*, op. cit., p. 243-246; e HALL, Stuart. *Old and new identities, old and new ethnicities*. In: BACK, Les e SOLOMOS, John (orgs.). *Theories of race and racism*. London: Routledge, 2000, p. 144-153.

d) A questão do tráfico de escravos e da escravidão africana

Gráfico 6. Abordagens sobre a escravidão na África e o tráfico de escravos



Ao analisar a presença da escravidão tradicional africana⁴⁸ e os efeitos do tráfico de escravos para o Atlântico e para o mundo árabe-muçulmano, grande parte dos livros revela certo descompasso com as pesquisas elaboradas sobre as temáticas. Mesmo que 70% dos manuais façam menção à escravidão tradicional africana, são poucos os que, de fato, abordam suas especificidades e características gerais. Apesar de algumas corretas incursões encontradas, os textos, quase sempre, mostram-se pontuados pelas imprecisões e generalizações. Alguns livros deixam a entender que a escravidão teria sido inventada pela presença árabe ou europeia no continente. Sobre o tráfico de escravos para o oceano Índico ou para o mundo árabe, 60% dos livros tecem comentários novamente bastante limitados. Já sobre o tráfico atlântico de escravos, como era de se esperar, 90% dos manuais destacam sua importância e influência sobre as sociedades africanas.

Percebemos também que são poucos os textos que parecem dialogar com a nova historiografia acerca da questão. Trabalhos de historiadores como John Thornton, Paul Lovejoy, Joseph Miller, Patrick Manning, José Curto e Isabel Castro Henriques, apesar de opiniões discordantes acerca de certos tópicos,

⁴⁸ Fazemos referências aos mecanismos de agregação ou ampliação dos grupos familiares encontrados entre várias sociedades africanas e que possuíam diversificadas facetas. Os historiadores que se debruçaram acerca do tema a intitularam de escravidão doméstica, de parentesco ou tradicional. Cf. HENRIQUES. *A escravatura: concepções, práticas, funções*, op. cit., p. 90-99; e LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

revelaram, há um bom tempo, que complexas dinâmicas internas e externas envolveram o uso da escravidão na África e nos circuitos do tráfico. Da mesma forma, eles procuraram elaborar definições acerca das funções e particularidades de seu uso entre as sociedades africanas.

Alguns pontos apresentados pelos manuais evidenciam com clareza esse distanciamento que marca a relação dos autores de livros didáticos com a historiografia africanista: a ausência de explicações que diferenciem a escravidão africana daquela praticada nas Américas;⁴⁹ as poucas referências aos africanos como agentes na história do tráfico atlântico,⁵⁰ e o desconhecimento da querela dos números e das estatísticas que envolveram o tráfico atlântico e árabe.⁵¹ Sendo assim, pelas explicações encontradas, com poucas exceções, os alunos são levados a pensar que o tráfico de escravos aconteceu sob influência exclusiva dos comerciantes árabes, europeus e americanos, ignorando a participação de africanos no processo. Apesar de determinados textos realizarem breves explicações acerca de algumas das práticas e funções da escravidão tradicional, ela se confunde, muitas vezes, à escravidão nas Américas. Por fim, ao trabalhar com dados numéricos imprecisos ou que não atentem para os debates historiográficos sobre o assunto, os autores estão negligenciando um importante assunto.

Sobre as diferenças entre a escravidão na África e nas Américas e as motivações econômicas que alimentaram o tráfico negreiro, algumas leituras parecem um pouco inadequadas, seja pela simplificação de certos contextos, seja pela ausência de informações mais atualizadas ou elucidativas. Mesmo quando alguns manuais, como o de Ricardo Dreguer e Eliete Toledo, aludem à escravidão tradicional africana, ela recebe um destaque muito pequeno e que não possibilita aos professores e alunos um entendimento das suas estruturas de funcionamento, nem permite a elaboração de uma perspectiva comparativa entre a escravidão nas Américas e na África.⁵² As referências às formas de escravização e às relações

⁴⁹ Cf. HENRIQUES, Isabel Castro. Reflexões sobre o “escravo” africano. In: *O pássaro do mel: estudos de história africana*. Lisboa: Colibri, 2003, p. 59-62.

⁵⁰ Cf. CURTO, José C. Demografia histórica e os efeitos do tráfico de escravos em África: uma análise dos principais estudos quantitativos. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, IICT, nº 14-15, 1991, p. 243-277.

⁵¹ Cf. M'BOKOLO. *África negra história e civilizações*. Até ao século XVIII, op. cit., p. 207-382; MILLER, Joseph. Mortality in the Atlantic slave trade: Statistical evidence on causality. In: *Journal of Interdisciplinary History*, vol. 11, nº 3, 1981, p. 385-423.

⁵² Cf. HENRIQUES. A escravatura: concepções, práticas, funções, op. cit., p. 90-94; Cf. MAN-NING, Patrick. Escravidão e mudança social na África. In: *Novos Estudos*, Cebrap, nº 21, julho, 1988, p. 17-21.

estabelecidas entre os grupos envolvidos na sua prática estão marcadas por generalizações e simplificações, como podemos perceber no seguinte trecho:

Outra forma de escravização consistia em uma prática antiga entre os africanos: os vencedores de uma guerra tinham o direito de levar parte dos derrotados para trabalhar em sua terra. Contudo, o escravo levava uma vida parecida com a dos trabalhadores livres: trabalhava lado a lado com eles, mantinha suas tradições e muitas vezes alcançava a liberdade ao lutar junto com os guerreiros da tribo.⁵³

O manual de Alfredo Boulos Júnior reserva um *box*, de uma página inteira, para tentar esclarecer o tema aos seus leitores. No entanto, seja por algumas informações apresentadas, seja pelo reduzido espaço para tratar temática tão complexa, o autor incorre em algumas imprecisões e generalizações,⁵⁴ tratando, assim como nos outros livros, a escravidão de uma forma única para todas as sociedades africanas.⁵⁵

Segundo o historiador Mário Maestri, o que havia entre os negros africanos era uma espécie de **servidão familiar**. (...) Quando havia guerra entre os próprios africanos e os vencedores faziam prisioneiros, estes eram mortos ou então tinham de trabalhar gratuitamente para os vencedores por um certo tempo, geralmente dois anos. O casamento do cativo com pessoas do grupo vencedor era permitido. (...) Seus deveres eram definidos segundo o costume, e seus filhos não podiam ser vendidos. Já os seus netos passavam a ter todos os direitos das pessoas livres.⁵⁶

No manual intitulado *Uma história em construção*, a escravidão tradicional é apresentada como uma forma de dominação social de pequena relevância nas estruturas de suas sociedades. Segundo os autores “antes do domínio europeu, já havia escravidão na África, embora jamais em grande proporção”. Sua principal origem relacionava-se aos conflitos entre “os povos que lutavam entre si,

⁵³ DREGUER e TOLEDO. *História: cotidiano e mentalidades, contato entre civilizações do século V ao XVI*, 6ª, op. cit., p. 59.

⁵⁴ Trabalhos de historiadores reconhecidos na temática como John Thornton e Paul Lovejoy revelaram a existência de castigos, castrações, comercialização e sacrifícios envolvendo os usos da escravidão em algumas partes da África.

⁵⁵ Cf. LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*, op. cit., p. 35-37; COSTA E SILVA, Alberto. *A manilha e o Libambo. A África e a escravidão, 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 79-132.

⁵⁶ BOULOS JÚNIOR. *História: sociedade e cidadania*, 6ª, op. cit., p. 199.

vencedores e vencidos, senhores negros e escravos negros, nem melhores nem piores do que outros povos e outras civilizações”.⁵⁷

Já no livro temático de Flávio Campos, Lídia Aguilar, Regina Claro e Renan Miranda, *O jogo da história*, 6ª série, os autores afirmam que existia na África a chamada “escravidão doméstica, ou seja, os prisioneiros de guerra eram obrigados a executar trabalhos para a comunidade. Não eram livres. Eram também propriedade (...)”.⁵⁸ Por fim, no livro de Ricardo Maranhão e Maria Fernanda Antunes, encontramos também a utilização de um *box* para tentar descrever, aos estudantes e docentes, os sentidos da escravidão tradicional africana.

Entre os africanos da costa ocidental havia escravos obtidos por meio de dívidas, de guerra ou de compra. Em geral, eles eram destinados aos trabalhos na agricultura ou nas minas. (...) Com isso, esse proprietário aumentava seu prestígio e obtinha mais homens para guerrear e conquistar novos territórios.⁵⁹

Apesar das informações prestadas estarem, muitas vezes, corretas, é evidente que existiram outros estatutos, funções e sentidos para a escravidão em África. Mais do que isso, em nenhum momento os autores apontam para a discussão conceitual acerca do termo “escravidão” como denominador dessas práticas realizadas na África⁶⁰ e para as singularidades que marcam os seus usos em diversas regiões do continente. Como já havíamos citado, trabalhos de historiadores vêm revelando, há algumas décadas, as complexas dinâmicas internas e externas que envolviam suas diversas faces e o próprio sentido de “escravidão” para as diferentes sociedades africanas.

Já a influência e participação dos africanos no tráfico de escravos só são lembradas nos casos em que muitos escravos foram obtidos através dos conflitos entre sociedades rivais do continente. É, pelo menos, a ideia que transparece do livro de Mario Schmidt.

De acordo com alguns historiadores, os europeus retiraram cerca de 10 milhões da África para levá-los a América! Havia duas maneiras de os comerciantes europeus obterem escravos africanos. O primeiro era direto: desembarcavam soldados que invadiam uma aldeia e capturavam seus moradores. O segundo

⁵⁷ MACEDO e OLIVEIRA, *Uma história em construção*, vol. 3, op. cit., p. 200.

⁵⁸ CAMPOS, et. al. *O jogo da história: de corpo na América e de alma na África*, 6ª série, op. cit., p. 63.

⁵⁹ MARANHÃO e ANTUNES. *Trabalho e civilização: uma história global*, 2, op. cit., p. 216.

⁶⁰ Cf. HENRIQUES. *A escravatura: concepções, práticas, funções*, op. cit., p. 90-99.

modo era indireto. Os povos africanos faziam guerras uns com os outros e vendiam os prisioneiros para os comerciantes europeus.⁶¹

Uma perspectiva ainda mais direta, a da participação exclusiva dos europeus no tráfico, pode ser encontrada no manual intitulado *História temática*, quando os autores afirmam que, para as “companhias portuguesas, espanholas, inglesas, holandesas, o tráfico negreiro consistia no aprisionamento de homens negros nas costas africanas” que dali seriam transportados e “vendidos como escravos no Brasil e em outras partes da América”.⁶²

Já em relação ao tráfico árabe ou índico, encontramos, na maioria dos casos, uma abordagem pouco esclarecedora. Sabendo das profundas diferenças entre a escravidão praticada pelos africanos e aquela utilizada sob influência dos árabes, seria fundamental tecer alguns comentários mais específicos e explicativos sobre o tema. Porém, as leituras sobre o uso da escravidão de africanos entre as sociedades islâmicas são marcadas por poucos dados informativos. No livro de Mario Schmidt, o tema é apresentado da seguinte forma:

A escravidão não era novidade na África. Desde o século XI os árabes adquiriam escravos africanos. Mas os árabes tinham poucos escravos e geralmente os filhos dos escravos já eram quase livres.⁶³

No texto de José Rivair Macedo e Mariley Oliveira, os autores relacionam o comércio de escravos africanos com o mundo árabe ou índico, destacando a instalação ou relações dos árabes com a “costa oriental da África”. Nesta parte do continente, eles “trocavam tecidos, objetos de metal e outros produtos por marfim, ouro e, sobretudo, escravos”.⁶⁴ No manual de Sônia Mozer e Vera Telles, o tema é citado apenas pela ideia de que “as relações de comércio muitas vezes envolviam o tráfico de escravos, que eram levados principalmente ao Egito e à Arábia Saudita”.⁶⁵ E, por fim, no livro *História temática: diversidade cultural e conflitos*, 6ª série, os autores afirmam que “havia um secular comércio de africanos para os países islâmicos em torno dos mares Mediterrâneo e Vermelho”.⁶⁶ As informações apresentadas estão corretas.

⁶¹ SCHMIDT. *Nova história crítica*, 6ª série, op. cit., p. 180.

⁶² MONTELLATO, CABRINI e CATELLI. *História temática: diversidade cultural*, 6ª, op. cit., p. 157.

⁶³ SCHMIDT. *Nova história crítica*, 6ª série, op. cit., p. 180.

⁶⁴ MACEDO e OLIVEIRA. *Uma história em construção*, vol. 3, op. cit., p. 198.

⁶⁵ MOZER e TELLES. *Descobrimos a história: Brasil colônia*, 5ª série, op. cit., p. 183.

⁶⁶ MONTELLATO, CABRINI e CATELLI. *História temática: diversidade cultural*, 6ª, op. cit., p. 167.

Em outras passagens, as imprecisões cedem lugar aos equívocos propriamente ditos. Por exemplo, no livro de Mario Schmidt, alguns trechos revestem-se de um incômodo anacronismo. Isso ocorre quando o autor tenta apresentar aos alunos as mentalidades e posturas vigentes em determinados períodos da história do tráfico de escravos. Ele afirma que a escravidão constituía uma prática injustificável, mesmo nos contextos históricos vivenciados entre os séculos XVI e XIX, defendendo a postura de que as lógicas ou comportamentos mentais de determinado período deveriam ser desconsiderados perante a leitura atual dos eventos históricos e de sua classificação a partir de uma série de juízos de valor. Com tal postura, Schmidt desconsidera a lógica que preside os períodos históricos e faz com que os estudantes visualizem uma história na qual os valores de vida correntes em outros espaços e temporalidades terminem se confundindo com os padrões ocidentais atuais.

Além das necessidades econômicas, existia a mentalidade da época. A escravidão não era escandalosa como é hoje. Até mesmo os padres tiveram escravos. Já pensou se alguém disser que temos de aceitar as injustiças sociais de hoje porque no futuro alguém vai falar que no nosso tempo “as injustiças eram normais”?⁶⁷

No livro de Sônia Mozer e Vera Telles, as autoras acabam, também, por realizar uma leitura distorcida, generalizante e imprecisa acerca da participação dos africanos no tráfico de escravos. Elas afirmam que diversos líderes africanos seduzidos “pelas cortesias, (...) não só guiavam os traficantes europeus ao interior para surpreender aldeias” como negociavam a troca de mercadorias por indivíduos “de seu próprio povo”. Elas vão além e afirmam que “não eram raros os casos de jovens que aprisionavam os próprios pais e os vendiam como escravos aos traficantes”.⁶⁸

Outro argumento desconcertante encontrado em um dos manuais refere-se ao número total de africanos alvos da diáspora ocorrida entre os séculos XV e XIX.⁶⁹ É o caso do livro intitulado *O jogo da história, 6ª série*, no qual os autores afirmam que “cerca de 90 milhões de negros [foram] arrancados, sistematicamente do continente africano (...)”.⁷⁰ Os dados apresentados no livro vão contra o que grande parte da literatura sobre o tema tem formulado em

⁶⁷ SCHMIDT. *Nova história crítica*, 6ª série, op. cit., p. 213.

⁶⁸ MOZER e TELLES. *Descobrimos a história: Brasil colônia*, 5ª série, op. cit., p. 196.

⁶⁹ O debate historiográfico acerca do tema é tão intenso que a própria utilização da nomenclatura “diáspora” para descrever o tráfico de escravos foi tema de polêmica entre alguns historiadores.

⁷⁰ CAMPOS, et. al. *O jogo da história: de corpo na América e de alma na África*, 6ª série, op. cit., p. 96.

termos das estimativas do tráfico. Autores como John Fage, John Thornton, Paul Lovejoy, Philip Curtin e José Curto têm realizado investigações e trabalhos de síntese acerca do debate que se estabeleceu sobre o que Elikia M'Bokolo chamou de a “querela dos números”.⁷¹ Nenhum deles chegou a um número tão elevado acerca do tráfico. O dado mais próximo do apresentado pelos autores do manual é citado em uma crítica que José Curto realizou sobre a estatística defendida pelo historiador nigeriano Joseph Inikori, e que se aproximava de 45 milhões de indivíduos.⁷² Os outros historiadores, quase sempre, defendem uma cifra que gira em torno de 10 a 12 milhões de africanos traficados.⁷³

Alguns dos livros didáticos observados trabalham com dados mais próximos aos apresentados por estes historiadores. São os casos, por exemplo, dos textos de José Rivair Macedo e Mariley Oliveira, Sônia Mozer e Vera Telles e Mario Schmidt.⁷⁴

Outro dado questionável trabalhado por determinados manuais relaciona-se às consequências do tráfico de escravos nas sociedades africanas. O assunto causou um intenso debate em meio à historiografia africanista, gerando escolas que defendem o grande impacto e as profundas transformações causadas pelo tráfico nos universos africanos e grupos que acreditam em uma influência menor do tráfico nas trajetórias seguidas pelas sociedades na África, mesmo que ressaltem a importância do fenômeno.⁷⁵ No entanto, o tema é tratado, muitas vezes, de forma parcial pelos autores dos livros escolares analisados.

Por exemplo, dois deles optam por não apresentar o debate sobre o assunto, informando apenas, como se fosse verdade absoluta, que a miséria atual vivenciada em grande parte do continente seria causada pelo êxodo forçado de milhões de africanos, ou ainda que o aumento das guerras no passado e dos conflitos interétnicos no presente também seriam reflexos das ações associadas ao tráfico de escravos. É o caso do manual de Alfredo Boulos Júnior que afirma que “uma

⁷¹ Cf. M'BOKOLO. *África negra história e civilizações*. Até ao século XVIII, op. cit., p. 321-341.

⁷² CURTO. *Demografia histórica e os efeitos do tráfico de escravos em África*, op. cit., p. 260.

⁷³ Cf. LOVEJOY, Paul E. The volume of Atlantic slave trade: a synthesis. In: *The Journal of African History*, vol. 23, nº 4, 1982, p. 501 e *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 51; THORNTON. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*, op. cit., p. 153-185.

⁷⁴ Cf. MACEDO e OLIVEIRA. *Uma história em construção*, vol. 3, op. cit., p. 200; MOZER e TELLES. *Descobrimos a história: Brasil colônia*, 5ª série, op. cit., p. 201; e SCHMIDT. *Nova história crítica*, 6ª série, op. cit., p. 180.

⁷⁵ Cf. MANNING. *Escravidão e mudança social na África*, op. cit., p. 8-29.

das consequências mais trágicas (...) foi o aumento das guerras entre os africanos. A guerra, por sua vez, trouxe fome, doenças e despovoamento”.⁷⁶ Já as autoras do manual *Descobrimo a história, 5ª série*, apresentam a seguinte informação:

As causas de muitas mazelas da África atual – como a miséria, as doenças e os conflitos étnicos – também podem ser encontradas no longo período em que o comércio de seres humanos foi o melhor negócio do mundo para muitas nações.⁷⁷

De uma forma geral, o tratamento do assunto nos manuais concede pouco espaço para o rico debate historiográfico construído em torno dos temas enfocados, por mais que alguns apresentem algumas inovações, como a abordagem da escravidão tradicional africana. Mais do que simplesmente apresentar dados novos, o que por si só já consiste em uma tarefa positiva, conceder lugar aos argumentos apresentados pelos estudos de especialistas na temática possibilitaria, a professores e estudantes, uma aproximação mais coerente e acertada sobre tão polêmico e importante assunto. Como isso não ocorre, percebemos que a tendência é a de preservar uma das imagens mais recorrentes elaboradas sobre a África e os africanos e que associa o continente e suas populações apenas à escravidão e ao tráfico de escravos. Alguns dos próprios autores desses manuais alertam acertadamente para tal constatação, como no caso do livro de José Rivair Macedo e Mariley Oliveira.

Em geral, quando no Brasil e na América falamos em África, todos lembram-se logo da escravidão e exploração impostas aos africanos pelos europeus. É como se a história da África estivesse sempre presa à história dos povos dominadores.⁷⁸

Considerações finais

Percorridas algumas das trilhas seguidas pela abordagem da história africana em manuais escolares brasileiros percebemos dois movimentos ou ritmos distintos que, de forma completar, sinalizam, ao mesmo tempo, uma tendência de mudanças dos enfoques concedidos à temática e a existência de um quadro ainda marcado pelos esquecimentos e imprecisões em relação ao assunto.

As mudanças dizem respeito à constatação de que certas editoras e autores, mais atentos aos sinais lançados pela produção acadêmica brasileira e por alguns

⁷⁶ BOULOS JÚNIOR. *História: sociedade e cidadania*, 6ª, op. cit., p. 199.

⁷⁷ MOZER e TELLES. *Descobrimo a história: Brasil colônia*, 5ª série, op. cit., p. 201.

⁷⁸ MACEDO e OLIVEIRA. *Uma história em construção*, vol. 3, op. cit., p. 195.

movimentos sociais, passaram a dedicar à história africana partes específicas e destacadas de seus textos didáticos. Nesses casos, como vimos nas páginas anteriores, acertos, deslizos e certa falta de intimidade com a literatura especializada nos apontam para um elogio pela iniciativa tentada e para um alerta acerca dos ajustes e releituras necessárias para que seus enfoques sejam de fato distintos. A continuidade dos esquecimentos revelou-se com naturalidade ao longo da investigação. Basta observar o número de coleções que não dedicam à África destaque ou especificidade alguma em meio as suas páginas, ou seja, a esmagadora maioria dos textos utilizados no período analisado.

Os tempos vividos indicam para uma mudança de posturas em relação ao tratamento escolar da história africana. Porém, para que a tendência se converta em ações mais efetivas e compartilhadas por um número cada vez maior de pesquisadores, professores e alunos, os esforços devem ser ampliados. A produção acadêmica deve aumentar, em quantidade e em qualidade; os cursos de formação de professores devem estar atentos à questão; cursos de capacitação e qualificação devem instrumentalizar aqueles que já jornadeiam pelas salas de aulas; e editoras e autores, conscientes do papel desempenhado pelos livros didáticos no sistema educacional brasileiro, precisam investir em novas publicações ou reformulações das edições já em circulação para que a história africana receba o devido e acertado tratamento.

Referências bibliográficas

- AMSELLE, Jean-Loup e M'BOKOLO, Elikia. *Au coeur de l'ethnie: ethnologie, tribalisme et État en Afrique*. Paris: La Découverte, 1999.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BARTH, Fredrik (org.). *Ethnic groups and boundaries: The social organization of culture difference*. Bergen-Oslo: University Forlaget; London: George Allen & Unwin, 1969.
- CALEY, Cornélio. Angola nos séculos XV-XVIII: populações, espaços políticos e relações de complementaridade. In: HENRIQUES, Isabel Castro e MEDINA, João (org.). *A rota dos escravos: Angola e a rede do comércio negreiro (sécs. XV-XIX)*. Lisboa, 1996, p. 207-216.
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de história e suas implicações curriculares. In: *História*, 23, 1-2. São Paulo, 2004, p. 33-48.

- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Conselho Pleno. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Parecernº003, de 10 de março de 2004.
- COSTA E SILVA, Alberto. *A manilha e o Libambo*. A África e a escravidão, 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- CURTIN, Phillip D. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral. In KI-ZERBO, Joseph (org.). *História geral da África: metodologia e pré-história da África*, vol. I. São Paulo: Ática; Unesco, 1982, p. 73-90.
- CURTO, José C. Demografia histórica e os efeitos do tráfico de escravos em África: uma análise dos principais estudos quantitativos. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, IICT, nº 14-15, 1991, p. 243-277.
- DAVIDSON, Basil. *The search for Africa: a history in the making*. London: James Curvey, 1994.
- FARIAS, Paulo Fernando de Moraes. Afrocentrismo: entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural. In: *Revista Afro-Ásia*, nº 29-30, 2003, p. 317-343.
- HALL, Stuart. Old and new identities, old and new ethnicities. In: BACK, Les e SOLOMOS, John (orgs.). *Theories of race and racism*. London: Routledge, 2000, p. 144-153.
- HENRIQUES, Isabel Castro. A escravatura: concepções, práticas, funções. In: HENRIQUES, Isabel Castro e MEDINA, João (org.). *A rota dos escravos: Angola e a rede do comércio negreiro (sécs. XV-XIX)*. Lisboa, 1996, p. 83-123.
- HENRIQUES, Isabel Castro. Reflexões sobre o “escravo” africano. In: *O pássaro do mel: estudos de história africana*. Lisboa: Colibri, 2003.
- HENRIQUES, Isabel Castro. *Os pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XIX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: uma visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LOVEJOY, Paul E. The volume of Atlantic slave trade: a synthesis. In: *The Journal of African History*, vol. 23, nº 4, 1982, p. 473-501.
- M’BOKOLO, Elikia. *África negra história e civilizações*. Até ao século XVIII. Lisboa: Vulgata, 2003.
- MACEDO, José Rivair. História e livro didático: o ponto de vista do autor. In: GUAZZELLO, Cezar Augusto Barcellos, et al (orgs). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: EDUFRG, 2000, p. 289-301.
- MANNING, Patrick. Escravidão e mudança social na África. In: *Novos Estudos*, Cebrap, nº 21, julho, 1988, p. 8-29.

- MILLER, Joseph. Mortality in the Atlantic slave trade: Statistical evidence on causality. In: *Journal of Interdisciplinary History*, vol. 11, nº 3, 1981, p. 385-423.
- MUNAKATA, Kazumi. História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 271-298.
- OBENGA, T. Fontes e técnicas específicas da história da África. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *História geral da África: metodologia e pré-história da África*, vol. I. São Paulo: Ática; Unesco, 1982, p. 91-104.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. O ensino da história da África em debate: uma introdução aos estudos africanos. In: RIBEIRO, Álvaro Sebastião Teixeira Ribeiro et. al (orgs.). *História e cultura afro-brasileira e africana na escola*. Brasília: Ágere Cooperação em Advocacy, 2008, p. 29-49.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nas salas de aula: diálogos e silêncios entre a Lei nº 10.639/2003 e os especialistas. In: MACEDO, José Rivair (org.). *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 195-210.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nos cursos de formação de professores: panorama, perspectivas e experiências. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 28, 2006, p. 187-219.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. O ensino da história africana. A presença da África nos manuais escolares brasileiros e portugueses. In: PANTOJA, Selma (org.). *Identidades, memórias e história em terras africanas*. Luanda: Nzila, 2006, p. 137-167.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. *Lições sobre a África*: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da história da África no mundo atlântico (1990-2005). Brasília: tese de doutorado, UnB, 2007.
- PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: The-saurus, 2000.
- POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.
- SOUTHALL, Aidan W. The illusion of the tribe. In: GRINKER, Roy Richard e STEINER, Christopher B. *Perspectives on Africa: a reader in culture, history e representation*. Oxford: Blackwell Publishing, 1997, p. 35-51.
- TAMARAT, Tadesse. O chifre da África: os salomônidas na Etiópia e os estados do chifre da África. In: NIANE, Djbril T. (org.). *História geral da África, vol. IV: África entre os séculos XII e XVI*. São Paulo: Ática; Unesco, 1988, p. 437-466.
- THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- TRAJANO FILHO, Wilson. Uma experiência singular de criouliização. In: *Série Antropologia* nº 343, 2003.

VILLALTA, Luiz Carlos. O livro didático de história no Brasil: perspectivas de abordagem. In: *Pós-História*, Revista de Pós-Graduação em História (Unesp), (9). Assis, 2001, p. 39-59.

Livros didáticos:

APOLINÁRIO, Maria Raquel (org.). *História: ensino fundamental*, 6ª. Projeto Araribá. São Paulo: Moderna, 2003.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História: sociedade e cidadania*, 6ª. São Paulo: FTD, 2003.

CAMPOS, Flavio de; AGUILAR, Lidia; CLARO, Regina e MIRANDA, Renan Garcia. *O jogo da história: de corpo na América e de alma na África*, 6ª série. São Paulo: Moderna, 2002.

DREGUER, Ricardo e TOLEDO, Eliete. *História: cotidiano e mentalidades, contato entre civilizações do século V ao XVI*, 6ª. São Paulo: Atual, 2000.

MACEDO, José Rivair e OLIVEIRA, Mariley W. *Uma história em construção*, vol. 3. São Paulo: Editora do Brasil, 1999.

MARANHÃO, Ricardo e ANTUNES, Maria Fernanda. *Trabalho e civilização: uma história global*, 2. São Paulo: Moderna, 1999.

MONTELLATO, Andrea, CABRINI, Conceição e CATELLI, Roberto. *História temática: diversidade cultural*, 6ª série. São Paulo: Scipione, 2000.

MOZER, Sônia e TELLES, Vera. *Descobrimos a história: Brasil colônia*, 5ª série. São Paulo: Ática, 2002.

RODRIGUE, Joelza Éster. *História em documento: imagem e texto*, 6. São Paulo: FTD, 2001.

SCHMIDT, Mario. *Nova história crítica*, 6ª série. São Paulo: Nova Geração, 2002.

Recebido: outubro/2008 - Aprovado: junho/2009